

Painel / Linha temática 5

Governança, Políticas Públicas e Inovação Social: das “crises” às alternativas



Mesa 5.3

"Terceiro Setor e Políticas Públicas"

Comentador
Sílvia Ferreira¹

Moderadora
Beatriz Caitana da Silva²

Coordenação
Beatriz Caitana da Silva

Oradores e Comunicações

Nº	Orador/a	email	Título comunicação	Instituição
127	Ricardo Lopes Batista e Norberto Nuno Pinto dos Santos	batistalopes@hotmail.com; norgeo@ci.uc.pt	Um estudo sobre a produção de habitação social no Brasil e em Portugal: o caso de Três Lagoas e de Coimbra.	Universidade Estadual Paulista (UNESP - Presidente Prudente - Brasil); Universidade de Coimbra (FLUC)
105	Mónica Catarina do Adro Lopes	monica@ces.uc.pt	A avaliação de políticas públicas em Portugal: marcos de um desenvolvimento incipiente	Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra
131	Neiara de Moraes	neiara@hotmail.com	Observatórios de políticas públicas em Portugal: um exercício cartográfico	Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
176	Isabel Alexandra Reis Gonçalves Ferreira	i.alexandra.reis@gmail.com	Inovação social e governação urbana	CES/FEUC

¹ Sílvia Ferreira é professora auxiliar em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigadora do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social da FEUC. É docente nos três níveis de estudos, nas licenciaturas em Sociologia e Economia, Mestrado em Sociologia, Mestrado em Roads to Democracy, Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. É co-coordenadora do programa de Doutoramento em Sociologia e é membro da direção do CES.

² Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Economia – FEUC, Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, especialista em Movimentos Sociais e Democracia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente atua no Projeto Portal da Inovação Social – PIS – Ces/Lisboa. Possui experiência na área da inovação social, tendo participado na Incubadora do Programa SESI de Empreendedorismo Social. É membro – fundador da Incubadora Social Académica – ISFEUC, vinculada a Faculdade de Economia da UC. Tem interesse em investigação sobre os mecanismos de transferência dos saberes, e do papel social das universidades na construção de novas respostas aos problemas sociais a partir de estudos de caso sobre incubadoras universitárias.

Um estudo sobre a produção de habitação social no Brasil e em Portugal: o caso de Três Lagoas e de Coimbra

Ricardo Lopes Batista e Norberto Nuno Pinto dos Santos ³

Nesse artigo, propomos uma análise comparativa entre as políticas públicas voltadas a produção de moradias de interesse social desenvolvidas no Brasil e em Portugal, a partir do estudo de dois casos específicos: Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil) e Coimbra (Portugal). O estudo desses casos nos possibilita analisar como as políticas públicas habitacionais foram desenvolvidas e, sobretudo, quais os seus efeitos, quem foram os beneficiados, qual a tipologia das residências construídas, como se expressou a sua implantação no crescimento e ordenamento urbano, dando ênfase à articulação entre tempo e espaço. Assume-se, também, que a abordagem deve debruçar-se sobre um enquadramento nacional dessas políticas e sobre as influências dos acontecimentos internacionais sobre o comportamento das economias dos países. Na atualidade, a história longa da cidade de Coimbra, associada, no presente, a políticas com orientações ideológicas muito díspares, entre o Estado Novo e a Democracia, oferece uma leitura da organização urbana que queremos comparar com Três Lagoas, cidade que surgiu em 1915, ou seja, já como cidade influenciada pela ideologia capitalista, a despeito da condição ainda periférica do Brasil no capitalismo, no início do século XX. Além disso, dois aspectos precisam ser levados em conta. Primeiro, a atual crise econômica mundial que tem consequências muito mais perversas sobre países como Portugal. Segundo, as mudanças socioeconômicas que vêm ocorrendo no Brasil desde a década de 1990, mas principalmente nos anos 2000, em decorrência da expansão econômica, com crescimento de renda, emprego e consumo, que sofreu poucos reflexos, com tal crise econômica. No caso do Brasil, isso se deve a dois processos concomitantes: de um lado, processos de expansão da renda interna, via políticas distributivas, que incluem, além de aumentos do salário mínimo, dos pagamentos da previdência social, programas como o “Bolsa Família”, entre outros, também o aumento dos gastos públicos diretos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o “Minha Casa, Minha Vida”, ou seja, investimentos em programas de habitação de interesse social, porém, com características que os diferenciam das experiências anteriores.

³ Ricardo Lopes Batista - Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente - Brasil), é atualmente bolsista CAPES.

Norberto Nuno Pinto dos Santos - Professor com agregação no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A avaliação de políticas públicas em Portugal: marcos de um desenvolvimento incipiente

Mónica Catarina do Adro Lopes⁴

A avaliação de iniciativas com impacte relevante do ponto de vista do interesse público tem uma história curta em Portugal e tem-se desenvolvido sob o impulso de fatores externos. Sem uma produção relevante no campo das teorias da avaliação, o desenvolvimento de exercícios de avaliação em Portugal resultou sobretudo dos requisitos das regulamentações de programas cofinanciados por fundos internacionais, particularmente da União Europeia.

Ainda que de forma dispersa, com desigualdades relevantes entre distintos domínios de intervenção e debatendo-se com resistências de natureza diversa, foram-se multiplicando os exercícios de avaliação de políticas públicas. Os mecanismos de avaliação instituídos são, todavia, insuficientes e incompletos, o que é evidenciado pela ainda fraca institucionalização da função de avaliação na administração pública, visível na quase inexistência de Instituições – independentes ou não – com uma missão clara de avaliação de políticas públicas.

Nesta comunicação, que tem por base a reflexão conduzida no âmbito de uma dissertação de Doutoramento em curso, pretendo contextualizar a avaliação de políticas públicas no marco referencial da governação, recorrendo brevemente sobre as origens da avaliação, equacionado a influência da integração europeia no seu impulsionamento, e refletindo sobre o panorama atual e as tendências de desenvolvimento da prática de avaliação de políticas públicas em Portugal.

⁴ Mónica Lopes é Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e frequenta, atualmente, o programa de doutoramento em Sociologia pela mesma Faculdade.

Enquanto investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES), tem participado em diversos projetos de investigação/avaliação relacionados com políticas e práticas de igualdade entre mulheres e homens, organizações da sociedade civil e fundos estruturais. Os seus interesses de investigação incluem avaliação, terceiro sector, políticas públicas, políticas sociais e de conciliação trabalho/família, e relações sociais de sexo.

Observatórios de políticas públicas em Portugal: um exercício cartográfico

Neiara de Morais⁵

Os observatórios de políticas públicas são organizações que têm em comum o propósito de realizar o acompanhamento sistemático de uma dada área temática com o objetivo de gerar e difundir bases informacionais sobre as políticas públicas a ela relacionadas.

A segunda metade da década de 1990 marca o início do surgimento de observatórios de políticas públicas em diferentes países. Organismos multilaterais, agências de cooperação internacional e fundações de fomento à pesquisa científica têm incentivado e apoiado a criação desses instrumentos, apresentando-os como “boa prática” de governação ou de mecanismo de controle social das políticas públicas.

No entanto, é relevante ressaltar que o termo “observatório” vem sendo utilizado por uma grande diversidade de experiências e ainda que são criados e geridos a partir de iniciativas governamentais, acadêmicas, de organizações não-governamentais, movimentos sociais ou da articulação de vários desses atores.

Além dos atores envolvidos, essa diversidade se revela em vários âmbitos que abrangem temas, objetivos, mecanismos de sustentabilidade, formas de produção de informações, estratégias de difusão de informações, dentre outros.

O presente artigo trata da apresentação de um panorama atual dos observatórios de políticas públicas em funcionamento em Portugal. Os dados que dão corpo a esse “estado da arte” foram coletados nos links “quem somos” dos próprios observatórios no âmbito de minha pesquisa doutoral em andamento.

A análise desses dados levanta reflexões sobre algumas dificuldades, mas também sobre as potencialidades dos observatórios enquanto instrumentos de democratização da elaboração e do controle social das políticas públicas.

⁵ Doutoranda do programa Democracia no Século XXI do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pós-graduada em Direito Constitucional pela Universidade Estadual do Ceará e licenciada em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

Foi coordenadora do Orçamento Participativo da cidade de Fortaleza (Brasil) no período 2005-2009 e presidente do Instituto Municipal de Pesquisa, Administração e Recursos Humanos do mesmo município em 2008.

Trabalhou como assessora jurídica em organizações não-governamentais e prestou consultorias em projetos sobre os direitos da infância e da juventude, nomeadamente o direito à participação.

Atualmente, é bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal e seus interesses de investigação centram-se nos temas da participação cidadã na elaboração e controlo de políticas públicas e nas relações entre Democracia e Conhecimento.

Inovação social e governação urbana

Isabel Alexandra Reis Gonçalves Ferreira⁶

No âmbito da pesquisa realizada em duas cidades canadianas sobre práticas participativas na governação urbana, deu-se especial atenção ao potencial de transformação social de alguns projetos em curso.

A comunicação centra-se na análise crítica de dois projetos: o Centro de Artes Shenkman, em Orleans e Kingston Sustentável, na cidade de Kingston. O Centro de Artes Shenkman nasceu de um forte empenho da comunidade de artistas e dos cidadãos de Orleans e é constituído por cinco parceiros culturais. Kingston Sustentável é uma iniciativa do município em fase de transição para uma organização sem fins lucrativos, liderada por uma diversa rede de parceiros comunitários (cidadãos, representantes de cidadãos, organizações comunitárias e empresariais e atores dos setores públicos, privados e académicos), com o objetivo de transformar Kingston na cidade mais sustentável do Canadá.

O estudo dos projetos procura avaliar o modo como as organizações vêm integrando alguns pressupostos necessários à interação e sincronização geradores de inovação social. Analisa-se em que medida as práticas organizacionais, de liderança e de governança têm uma agenda comum, partilham a avaliação de resultados, desenvolvem atividades que se reforçam mutuamente, promovem uma comunicação contínua e são suportadas por uma estrutura organizativa conjunta.

Pela forma colaborativa como os parceiros dos dois projetos se posicionam nas respetivas áreas de atuação, discute-se a importância das parcerias na conceção e implementação de soluções com impacte coletivo e o seu potencial de transformação e inovação social.

⁶ Tem exercido funções na área do planeamento, ordenamento do território e cultura na Câmara Municipal de Barcelos desde 2001, nomeadamente no desenvolvimento e colaboração em vários projetos e planos (Projeto Salvaguarda e valorização do património da Banda Musical de Oliveira; Programa de Ação Territorial; Estudos demográficos, Estrutura Ecológica Municipal, Relatório Síntese e Programa de trabalhos, Habitação e Povoamento, Equipamentos do Plano Diretor Municipal; Estudos demográficos do Plano de Urbanização de Barcelinhos) e na coordenação de outros (Carta Desportiva Municipal, Avaliações Ambientais Estratégicas, Projeto Valorização Ambiental e Desenvolvimento Endógeno de Barcelos).
Coordenadora do Programa Cidadania e Ordenamento do Território no Instituto de Educação e Cidadania em 2009/2010.
Licenciada em Geografia (FLUC). Mestre em Ordenamento do território e planeamento ambiental (FCT/UNL). Atualmente dedica-se ao doutoramento Sociologia - cidades e culturas urbanas no CES/FEUC com o apoio de bolsas de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian e do International Council for Canadian Studies.